

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO ENSINO E AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM

FRACASSO ESCOLAR

MARIA ELIANA DE SOUSA RODRIGUES

FORTALEZA
FEV/2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO DO ENSINO E AVALIAÇÃO DA
APRENDIZAGEM

FRACASSO ESCOLAR

MARIA ELIANA DE SOUSA RODRIGUES

Monografia submetida à Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem.

FORTALEZA
FEV/2004

Meus Agradecimentos:

A Deus, por ter sido um amigo fiel em todas as horas;

Ao meu esposo Antonio Amaury Rodrigues, minhas filhas Alanna, Ana Geórgia e Alexandra, pela compreensão e companheirismo nesta fase da minha vida.

Este trabalho dedico:

À minha filha Ana Geórgia por todo encorajamento e apoio durante minha escalada à conquista deste sonho.

Esta monografia foi submetida como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Planejamento do Ensino e Avaliação da Aprendizagem pela Universidade Federal do Ceará e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho dessa monografia é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

Maria Eliana de Sousa Rodrigues

MONOGRAFIA APROVADA EM: _____/_____/_____

Gláucia Maria de Menezes, Profa. Dr^a Livre docente

Resumo.

Foi analisado o fracasso escolar no ensino fundamental, na rede pública. A revisão bibliográfica focaliza o fracasso escolar como um dos problemas mais sérios e de difícil solução no âmbito do sistema escolar brasileiro. Constata-se que a pelo menos seis décadas as altas taxas de reprovação e evasão são denunciadas e, no entanto, este quadro, pouco se alterou. As medidas tomadas para incentivar a permanência dos alunos na escola ainda são insuficientes, faz-se necessário o envolvimento tanto do poder público, como dos educadores e a sociedade civil como um todo. Conhecer os motivos que envolvem os que “fracassam”, torna-se essencial, pois se começa a deixar de fazer análises abstratas para identificar concretamente quando ocorre e em que circunstâncias a escola apresenta um rendimento indesejado. A culpa do fracasso escolar não é simplesmente da criança, existem fatores diversos que podem atuar de formas a condicionar a dificuldade da criança na escola. As condições materiais, cotidianas da vida da maioria dos que freqüentam a escola pública, são de fato precárias: alimentação deficiente, ausência de estímulos, trabalho infantil são fatores que contribuem para o fracasso escolar. Na verdade trata-se de um sintoma de uma sociedade extremamente desigual, que discutiremos analisando o papel da escola, do aluno e do professor. A escola tem importante função de socializar o saber e formar atitudes compatíveis com a organização social vigente, onde todos alcancem o pleno exercício da cidadania. Procurar identificar, conhecer e diagnosticar o fenômeno do fracasso escolar constitui-se fator decisivo para vencê-lo.

Sumário

Resumo.....	6
Introdução.....	8
1. Breve perspectiva histórica da educação brasileira no século XX.....	12
2. Fracasso escolar.....	19
<i>2.1. Conceito.....</i>	<i>19</i>
<i>2.2. Sintoma social.....</i>	<i>21</i>
2.2.1 Fatores centrados na Escola.....	26
2.2.2 Fatores centrados no aluno.....	30
2.2.3 Fatores centrados no professor.....	32
<i>2.3 Práticas pedagógicas – Entre os educadores e as Instituições.....</i>	<i>36</i>
3. Conclusão.....	39
4. Referências Bibliográficas.....	43

Introdução.

Neste trabalho monográfico é feita uma análise do fracasso e repetência escolar nas escolas públicas de ensino fundamental, em que se constata que esse é um problema de difícil solução e um dos maiores desafios da educação.

Pela nossa dedicação, temos, desde 1974, presenciado o fenômeno do fracasso escolar com muita frustração, e assistido as idas e vindas de diversas políticas públicas que não conseguem contribuir para o melhoramento desse quadro. O fracasso escolar se evidencia pelo grande número de reprovações nas séries iniciais do ensino fundamental e se diferencia, segundo Fernández, como dificuldades de aprendizagem, que provem prioritariamente de causas que se referem à estrutura individual e familiar da criança ou muitas vezes surge do choque entre o aprendiz e a instituição educativa que funciona de forma segregadora.

Nas pesquisas em referências, observa-se que, a partir de 1920, os movimentos de educadores preocupados com os rumos tomados pela escolarização, levam à compreensão da existência de uma educação elitista e de uma visão dos controladores do poder, manifestados através de medidas legislativas que se restringem muito mais ao papel que a prática e não favoreceram a implantação de uma adequada e abrangente educação para todos.

No que concerne às políticas atuais e às tendências emergentes discute-se as principais medidas e intenções tomadas, inclusive as preocupações internacionais, que têm evidenciado uma maior consciência da importância da superação dos problemas. O Ministério da Educação e

Cultura (MEC) tem definido explicitamente como meta prioritária a educação do ensino fundamental, nessa perspectiva o governo tem desencadeado movimentos nacionais de democratização do ensino, atualmente representado pelo programa Toda Criança na Escola, que deveria preconizar a universalização do atendimento educacional com qualidade e para todos, para esse programa conta-se com a colaboração dos estados, municípios e da sociedade civil.

Além disso foi lançado também o programa Bolsa Escola para incentivar a presença da criança na escola, no entanto, sabe-se que ainda assim é grande o número de crianças que permanecem fora da escola.

Quanto a prováveis causas do fracasso escolar, as pesquisas produzidas na área educacional têm demonstrado que o nosso sistema de ensino público vem excluindo crianças das classes menos favorecidas e se distanciando cada vez mais do real interesse da educação, que é a promoção do homem, dentro de um processo de democratização da sociedade brasileira que prevê a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

A incidência do fracasso escolar é maciça entre as populações pobres. O fenômeno passa a ser visto por uma ótica social. Existe uma desigualdade de oportunidade entre a criança da classe média e a criança pobre, fazendo com que esta última não tenha, na idade de entrar para a escola, as habilidades necessárias para ser bem sucedida, pois a mesma, quando ingressa na escola com 7 anos cursando a 1^o série do ensino fundamental já deveria trazer na bagagem um conhecimento construído, esse fato lamentável acentua a incúria do poder público.

Os desníveis sociais existentes são grandes. Enquanto algumas camadas da população desfrutam do progresso da ciência, da tecnologia e de bens de consumo, semelhantes aos dos países mais desenvolvidos, outras vivem buscando a simples sobrevivência.

A escola que se espera para o século XXI é a que resguarda o direito da pessoa à educação, independente de gênero, etnia, idade ou nível social. O acesso à escola deve extrapolar o ato da matrícula e impulsionar a apropriação do saber e das oportunidades educacionais oferecidas à totalidade dos alunos com vistas a atingir os objetivos da aprendizagem a despeito da diversidade da população.

Tendo como objetivo principal de fazer uma reflexão analítica do fenômeno fracasso escolar, procurando identificar as principais causas responsáveis por esse problema, como essa questão atinge as diversas classes de nossa sociedade e a necessidade de atender a essa diversidade, como função primordial da escola democrática, na promoção do ser humano e do seu bem-estar.

Deste modo, o primeiro capítulo resgata a edificação das políticas educacionais e seu alcance. Como, assim, ao longo do século XX, assistiu-se o ingresso de um público escolar heterogêneo, para o qual a escola pública não estava adequada e capacitada, tanto com recursos humanos como materiais, montando-se, portanto, o cenário que constitui o fracasso escolar analisado.

No segundo capítulo, conceituamos o fracasso escolar, percebendo que, a escola como uma necessidade da sociedade, terminou por refletir suas desigualdades, potencializando a geração do fracasso escolar. .

Assim, centralizamos a análise do segundo capítulo em três pontos: a Escola, o aluno e o professor. Por fim, buscamos entender as manifestações das práticas pedagógicas, em seu caminho entre os educadores e as Instituições, e a relação com o fracasso escolar.

1. Breve perspectiva histórica da educação brasileira no século XX

Os problemas enfrentados atualmente pelo sistema educacional brasileiro, no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem escolar, se manifestam predominantemente entre crianças provenientes dos segmentos mais empobrecidos da população. Isto tem uma história. Segundo CECON, (1984), a finalidade da escola, tal como ela existe, hoje, consiste em atender a uma minoria privilegiada que, mais tarde, vai pensar, dirigir, planejar e dar ordens aos outros. Já o destino da maioria marginalizada pela escola será o de cumprir as ordens e os planos realizados pelos donos do poder e do saber. Ou seja, a escola reflete as desigualdades sociais.

A escola não é democrática porque a sociedade em que vivemos ainda não é verdadeiramente democrática. Os donos do poder são, também, os donos do saber e os pobres são excluídos tanto da escola quanto da participação nas decisões. Segundo LUCKESI (1988), se quisermos, portanto, uma escola participativa, uma escola democrática, precisamos repensar uma prática de avaliação que esteja preocupada com os interesses do educando, no seu crescimento social e pessoal. Portanto, o enfoque da escola deve superar as imposições marginalizadoras da sociedade. Para romper o conservadorismo da sociedade e da educação, necessitamos criar uma prática de avaliar o serviço de uma pedagogia que entenda e esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social.

No Brasil, no início do século não houve mudanças significativas no cenário educacional, o que se tinha era a herança da primeira república de escolarização, pois a Constituição já previa e uma lei determinava a criação gratuita de escolas em todas as cidades, vilas e lugarejos.

Foi a partir dos anos 30 que a escola pública cresceu, e tornou-se realidade. Os educadores brasileiros, chamados de profissionais de educação, se reuniram em conferência promovida pela Associação Brasileira de Educação para discutir a democratização do ensino. Isto foi feito no plano das idéias.

A Carta Constitucional de 34 instituiu que o ensino primário deveria ser obrigatório e totalmente gratuito. Abriram-se muitas salas de aula, mas a qualidade diminuiu, uma vez que as verbas eram insuficientes. E, para o educador, o dilema era atender menos e melhor, ou mais e pior.

Optando pela quantidade, foi possível atender a menos de um terço da população em idade escolar. Isto equivale dizer que dois terços da população, em idade escolar, continuaram excluídos por completo.

Faltava à sociedade brasileira um modelo de desenvolvimento eminentemente nacional e popular. Diante da demora de decisões em relação à educação, os educadores lançam o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.” A preocupação dos educadores com uma política educacional, na opinião de BRASIL (2001), pode ser constatada através de todo o texto do “Manifesto”, e do esforço de um programa educacional extraído dele, do qual serão transcritas abaixo partes importantes:

“A educação é considerada em todos os seus graus com uma função social e um serviço, essencialmente político que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais.

Cabe aos estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus. O sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral.

Reconstituição do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpretação das classes sociais e formação de uma sociedade humana mais justa que tenha por objetivo a organização da escola unificada, desde o jardim da infância à universidade.”

O regime constitucional criado em 34 não durou muito. Em 1937, sob o pretexto de combater o comunismo e manter a unidade e segurança da nação, o presidente Getúlio Vargas desfechou o golpe que institucionalizou o Estado Novo.

Os educadores foram calados, os debates educacionais abafados, nova ordem foi estabelecida, um novo caminho, agora traçado pelo Estado Ditatorial, passou a redimensionar o debate a pedagogia e a política educacional, saindo da sociedade civil, e foi encampado e controlado pela sociedade política.

Parte substancial da legislação anterior é absorvida pela nova Constituição de 1937. Há dois novos parágrafos de extrema importância para o funcionamento do sistema escolar e para a organização do poder. É introduzido o ensino profissionalizante, previsto, antes de tudo, para as classes “menos privilegiadas”, e determinando que as indústrias criem escolas de aprendizagem na área de sua especialização para os filhos de seus empregados e membros.

Temos, no início do período, uma tomada de consciência, por parte da sociedade política, da importância estratégica do sistema educacional para assegurar e consolidar as mudanças estruturais no sentido de um

desenvolvimento industrial nacional, para tanto, a educação profissionalizante tornou-se um meio para essa finalidade.

Na opinião de FREITAG (1985), a política educacional do Estado Novo (1937-1945) não se limita a simples legislação e sua implantação. Essa política visa, acima de tudo, transformar o sistema educacional em um instrumento mais eficaz de manipulação das classes subalternas. Outrora totalmente excluídos do acesso ao sistema educacional, agora se lhes abre generosamente uma classe.

A economia se expande no final da década de 50 e segue nos anos 60, constituindo-se um período desenvolvimentista. Na educação há um aumento em relação a recursos, ficando em 4º lugar entre as prioridades governamentais e em 65 ficando em 2º lugar.

As estatísticas, realizadas em 1960 e 1971, do MEC, concluíram que apenas, no que se refere ao ensino fundamental, as metas foram alcançadas, significando que grande parte da população, que deveria estar no ensino médio permaneceu no ensino fundamental.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) procura em seu projeto corresponder a certas ambições das classes subalternas. Primeiro, propondo a extensão da rede escolar gratuita, primária e secundária; segundo, a equivalência dos cursos de nível médio, que além de equiparados em termos formais permitem maior flexibilidade.

Neste período a política educacional se reduz praticamente em torno da Lei de Diretrizes e Bases e o texto definitivo resulta finalmente na Lei 4.024 de 20 de agosto de 1961. Ela é o compromisso com o qual se

estabelece que tanto o setor privado como o público tem o direito a ministrar o ensino no Brasil, em todos os níveis. Dessa forma os setores privados viram assegurados os seus direitos.

Para o governo, o que estava em jogo era a sobrevivência da nossa herança cultural e política demasiado arraigada, para que se conseguisse superar e desprender-se dos laços que nos ligavam à ordem social burguesa do velho sistema ao ensino profissionalizante. Abrir a educação a todos, realizar a tarefa de conscientização das massas seria pôr em risco a própria sobrevivência desse sistema.

Isso, obviamente, resultou numa defasagem profunda entre o sistema educacional e o econômico; o político e o social, num dilema de fundo institucional com a manutenção pelo sistema, de instituições onerosas, inadequadas, ineficientes para atuar na realidade educacional e adequá-las aos imperativos de desenvolvimento.

A lei 4.024 teve pouca repercussão na educação, pois teve os mesmos vícios da década de 60. Mantinha-se presente a mesma taxa de fracasso escolar, os recursos orçamentários da União mantiveram seu destino aos grandes centros urbanos, a taxa de escolarização no ensino fundamental manteve-se praticamente a mesma, as crianças de baixa renda permaneceram com alta taxa de reprovação.

A concentração da população, nas zonas urbanas e suburbanas, atingiu, no ano de 70, mais da metade da população. A sociedade urbana é de base industrial, já exige melhor qualificação de mão-de-obra, quando a simples alfabetização já não bastava.

Antigamente só tinha acesso à escola a classe privilegiada. Com o desenvolvimento industrial, sentiu-se a necessidade de um mínimo de instrução para a massa trabalhadora. Os “ignorantes” deveriam socializar-se, serem “educados” para tornarem-se bons cidadãos e trabalhadores disciplinados. Freqüentariam a escola primária sem direitos a estudos aprofundados que eram monopólio da burguesia. A classe operária, pouco a pouco, reivindica seus direitos: freqüentar uma escola em condições de igualdade; o ensino público gratuito e obrigatório como uma maneira de alcançar a democratização dos estudos. Lentamente vai sendo extinto o sistema de duas escolas separadas, uma para os ricos e outra para os pobres. Agora os alunos começam seus estudos num mesmo tipo de escola e é ao término do tronco comum que se vai dar a seleção, isto é, a repartição de dois grupos: uma minoria que vai continuar seus estudos até a universidade; e uma maioria que é condenada a abandonar mais rapidamente seus estudos e ingressar no mercado de trabalho.

A educação estava novamente a serviço dos interesses econômicos que fizeram necessária a sua reformulação, a qual era encontrada nos discursos oficiais, nos planos educacionais e na própria atuação do governo militar, instituído no golpe de 1964.

A partir da chamada “abertura democrática”, do regime militar, entre a década de 70 / 80, colocam-se três pontos:

a) A reaproximação do meio acadêmico e da produção escolar. Deve-se considerar a necessidade de aprofundar as discussões sobre o saber tradicionalmente ensinado e as tendências e avanços no campo pedagógico

b) Os professores enfrentaram a acusação do poder público que os responsabilizavam pelo baixo nível dos alunos, enquanto lutavam, paralelamente pela valorização e dignificação do seu trabalho.

c) Contudo a grande questão que se constitui foi o crescimento do público escolar a partir da década de 70. Precisavam-se estabelecer diálogos entre a escola, no seu papel democrático, com os alunos, cujo perfil era bastante diferente dos outros no momento da história da educação brasileira. A escola pensada e organizada para setores privilegiados, passou a receber alunos oriundos de classes sociais de trabalhadores pobres, com diversas idades, experiências e bagagem cultural.

Deste modo coloca-se em questionamento a estrutura da escola. Quais as transformações que a escola deve sofrer para atender a esse público novo?

Outra questão a ser considerada pela escola contemporânea, caracterizada pela oralidade de seus professores, lousa, giz, cadernos e livros nas salas de aula, trata-se da concorrência com a mídia e seus meios de comunicação audiovisuais. Essa forma de transmissão de informações por imagens e sons tem desafiado os educadores.

Enquanto isso, a confecção dos textos oficiais reza por uma escola ideal, com abundância de recursos materiais e humanos. As dificuldades cotidianas das escolas não encontram respaldo nos textos oficiais. Além do mais, os professores não tem participado de sua elaboração, restringindo-se a leituras posteriores avolumando-se reivindicações sem eco.

Portanto, chega-se a popularização da escolarização do ensino fundamental, regido por textos oficiais alheios à realidade escolar; com professores em luta constantes pela valorização de seu trabalho, que enfrentam a concorrência dos meios de comunicação audiovisuais, inseridos em um ambiente escolar despreparado para atender o público oriundo das mais diversas classes sociais.

2. Fracasso escolar.

2.1. Conceito

O fracasso escolar é a impossibilidade de incorporar os objetivos do conhecimento. É o não – aprender. É a marginalização do saber. É a representação do mal estar interior do aluno do que lhe é desejado pelo exterior, a escola e a sociedade.

O fracasso escolar é causador da exclusão social, seletividade, marginalização, carência de espaço, impossibilidade de participação da realidade educacional e social, enfim privação dos direitos. É um sintoma desastroso da educação brasileira que causa sofrimento às crianças que já vieram de uma formação precária e tornam-se excluídos do contexto educacional e social.

Vários autores discorrem sobre esta problemática, considerando dois aspectos básicos: a fuga, onde o evadido é identificado como malandro que fugiu da escola; e como segunda concepção o abandono escolar significando uma rejeição do aluno pela escola.

Considerando este quadro dramático se percebe a impossibilidade dos alunos de escola pública, conseqüentemente de famílias de classe média e baixa, conciliar estudo e trabalho. Mesmo assim, eles tentam ignorar o fracasso, acreditando que a escolarização lhes dará meios para melhorarem suas condições profissionais e de sobrevivência.

Para CECON (1984), na verdade, a escola é feita para aqueles que não precisam trabalhar, ela faz de conta de que ninguém trabalha e coloca exigências que os que trabalham não têm tempo nem condições de cumprir. Os resultados escolares dos alunos que têm que combinar estudo com trabalho vão piorando cada vez mais, as reprovações e repetências vão se acumulando até que as crianças ou os próprios pais desistem.

O fracasso e a repetência escolar são assuntos do Sistema Escolar Brasileiro que vêm sendo muito estudado. O Sistema Escolar Brasileiro tem entravado o processo de aprendizagem do aluno. Há um grande número de alunos que são reprovados e afastados da escola. Sendo que o problema da reprovação e fracasso atinge, de maneira diferenciada, aos educandos de diferentes meios sócio-culturais. De acordo com PILETT (1991), as crianças mais atingidas por este problema são oriundas das camadas populares por assumirem uma atividade produtiva. No Brasil, estas crianças formam a grande maioria da população brasileira e são elas quem mais necessitam da escola para melhorar suas condições de vida.

É necessário que se observem os aspectos que influenciam diretamente o desempenho escolar do aluno. Do ponto de vista sócio-econômico, a baixa qualidade de vida implica diretamente no não favorecimento da aprendizagem.

Existe a comprovação de que o aluno evade porque precisa trabalhar, porém não se pensa em mecanismos que lhe facilitem ir trabalhar e continuar sua escolaridade, como se faz com o aluno da classe média, que, por exemplo, vai servir o exército, ou fazer estágio em curso superior numa empresa e lhe é facultado faltar para fazer as provas. Além disso, não se percebe que o aluno evade como uma forma de protesto em relação a uma escola que não lhe fornece o instrumental de que necessita, não lhe oferece respostas para suas dúvidas e ansiedades.

2.2. Sintoma Social

Ao se entrar em contato com a vida escolar depara-se com uma questão preocupante dentro da escola, o fracasso escolar. Os dados nacionais e regionais das escolas públicas revelam uma realidade cada vez mais inquietante, tanto no que diz respeito aos aspectos sócio-econômico quanto público escolar.

O quadro de pobreza persiste na sociedade brasileira; segundo o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a incidência da pobreza no percentual da população brasileira é a seguinte:

ANO	Percentual / população
1996	25 %
1998	27,5%
1999	33%

Cerca de 15% dos brasileiros são extremamente pobres (= vivem com menos de um dólar por dia). O Nordeste possui cerca de 30% da população brasileira, mas corresponde a 62% dos pobres do país.

Segundo o censo 2000, 95,7% das crianças em idade escolar entre 7 aos 14 anos estão matriculados, mas os dados também revelam que 46% estão fora da faixa etária. Cerca de 15% dos matriculados são estudantes de 15 anos ou mais, que já deveriam estar no Ensino Médio. Nas últimas séries a distorção 50% e nas regiões Norte e Nordeste passa dos 60%.

Ainda segundo o censo 2000, outro dado relevante reside no fato que a imensa maioria do público em idade escolar estão matriculados nas escolas públicas:

Nível de ensino	Escolas públicas	Escolas privadas
1ª a 4ª séries	92,5%	7,5%
5ª a 8ª séries	90,9%	9,1%

Ao observar a escola a partir de sua função social, é necessário considerar um dado extremamente relevante: a escola, como de resto, todo o organismo social, possui uma dinâmica, o que significa dizer: está em permanente movimento.

É impossível negar que a escola presta serviços à economia e ao sistema político e reproduz as relações de produção. Nessa perspectiva cabe perguntar: Qual a função social da escola? Para se responder a essa questão, devem-se buscar na prática pedagógica elementos capazes de explicá-la.

Quando a necessidade do crescimento do sistema capitalista exigiu alfabetizar e qualificar um pouco a mão-de-obra, as vagas na escola pública à classe média e alta começaram a ceder lugares à classe menos privilegiadas. Assim, a função da escola pública foi-se modificando.

Passou a preparar e produzir uma mão-de-obra pouco qualificada, para assegurar os serviços humildes da sociedade capitalista.

Houve uma diferenciação de tarefas entre as escolas: uma que preparava mão-de-obra para grandes tarefas nobres da sociedade; e outra escola para preparar mão-de-obra sacrificada.

Atualmente, necessita-se de uma escola pública consciente e politizada de suas funções democráticas de promoção, desenvolvimento e geração de conhecimento.

Portanto, os conteúdos ensinados e realizados na escola pública devem ser tão bons quanto os da escola particular. Deve-se e pode-se preencher esta função social de promover conhecimento com qualidade. Sejam quais foram os motivos, a reprovação e a repetência integram o primeiro passo em direção à fracasso escolar. O fracasso é caracterizado como a interrupção da participação das crianças no sistema formal de ensino.

O fracasso escolar é o problema mais sério e agudo da educação brasileira. Devido ao tempo que está alojado entre nós, parece ser um problema irremovível. É antidemocrático devido à sua incidência seletiva na população pobre. É precoce por atingir as crianças no primeiro ano em que freqüentam a escola. De cada 11 matriculados, no ensino fundamental, apenas 5 ingressam no ensino médio.

Concordando com POPPOVIC (1971), o analfabetismo virtual, com tudo que vem acoplado, ou seja, a ignorância, a doença, a baixa qualidade de vida, a impossibilidade de uma ascensão a um padrão mais digno, a

marginalização dos processos sociais, culturais e produtivos da sociedade e a condenação de legar aos filhos o mesmo padrão de vida que receberam dos pais, aponta para referencial humano e social do fracasso escolar. Por outro lado, coloca-se o referencial econômico, que não é menos grave.

No Brasil, as verbas destinadas ao campo educacional são consideradas ineficientes e mal administradas, pois o governo paga quase três vezes mais por um bem que a sociedade não vai receber, uma vez que os repetentes, “derrotados”, são os que formam as fileiras dos evadidos, daqueles que abandonam a escola precocemente.

A escola, a didática, as condições do ensino, não se questionavam. Com as mudanças e novidades surgidas na educação, durante a década de sessenta, com resultados de trabalhos de sociologia da educação, percebe-se claramente que a incidência do fracasso escolar é maciço entre as classes menos favorecidas. O problema passa a ser visto sob uma ótica social. Há entre a criança da classe média e a criança pobre uma desigualdade de oportunidade que esta última, ao entrar na escola, não tem as habilidades necessárias para ser bem sucedida. Ela é marginalizada na escola porque sua bagagem cultural não é a adequada ou a esperada e exigida pela escola. A grande maioria das escolas não valoriza o conhecimento e experiência prévia da criança, tenham sido eles adquiridos em casa ou na rua. As instituições de ensino partem do pressuposto que as crianças não sabem nada e ignoram os conhecimentos positivos que elas muitas vezes trazem. Ainda, tentam “corrigir” esses conhecimentos pré-adquiridos. A escola deveria aproveitar a bagagem intelectual que a criança traz, ajudando-a, assim, a desenvolver novos conhecimentos adquiridos na escola.

A grande maioria das crianças em idade escolar chega à escola. Porém, o aproveitamento continua uma calamidade incontestável. O problema estaria entre os que recebem o privilégio de uma oferta qualitativa e os que não a aproveitam. A pobreza das famílias dessas crianças é um dos causadores desse problema. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) para 1989, 22,5% das famílias apresentavam rendimentos mensais familiares per capita de até um quarto de salário mínimo. Embora a pobreza tenha diminuído, na década de oitenta, como mostra estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Projeto Agenda, 1991, ela ainda acusa dimensões muito fortes, a pobreza atinge ainda a maioria da população.

Preocupante é o fato de que permanece a nítida impressão de que muito pouco se pode aprender na escola de primeiro grau. Torna-se difícil vislumbrar a ligação esperada com os desafios do futuro, precisamente porque a escola, de modo geral, pouco ou nada tem a ver com eles.

Estabelecer com precisão maior em que proporção a pobreza compromete o aproveitamento escolar das crianças é difícil, mas parece bastante evidente que existe uma relação entre eles, tanto que se instituiu, sob esta alegação, o programa de merenda escolar. A pobreza neste caso constitui-se de dupla face: trata-se da pobreza material, vista pela ótica da fome, da carência sanitária e habitacional, e da pobreza política, vista pela ótica da indigência cultural. Sobre a pobreza material a escola tem influência apenas indireta, quando apresenta ofertas tipo assistencial (merenda). Sua ação específica estaria na esfera da pobreza política principalmente ressaltando o âmbito de influência própria da escola. Neste

contexto, verificam-se dois aspectos: a dificuldade de aproveitamento oriundo da pobreza material e a incompetência da escola.

As dificuldades econômicas vividas pela criança chegam a afastá-la da escola por diversos fatores, às vezes são elas que ajudam na renda familiar, contribuindo com as despesas, ou mesmo que a criança não contribua diretamente no orçamento familiar, não cabe no escasso recurso familiar as mínimas despesas que se fazem necessárias, como deslocamento, material escolar, para que as crianças freqüentem regularmente a escola. Assim, além do sentido social, a escola passou a ter o sentido de obra de caridade, assistencialismo, ocupando outras tarefas que não são essencialmente educativas, por vezes os pais reivindicam a merenda, mesmo que faltem livros. É óbvio que a associação entre a pobreza e o fracasso escolar é bastante conhecida, raríssima são as crianças de classe trabalhadora que conseguem concluir seus estudos.

Por fim, a carência nutricional é outro fator sócio-econômico muito apontado como causador de fracasso. É uma das principais causas de alterações no desenvolvimento físico e mental dos indivíduos, interferindo na disposição da criança para se engajar nas atividades escolares e conduzindo ao baixo desempenho.

Pedagogos e pesquisadores tentam explicar causas implícitas deste fracasso, a fim de re-elaborar um novo sistema com metas eficazes na melhoria e abrangência da clientela. Não existe uma solução aparente, embora a preocupação seja crescente em relação ao número de pesquisa. Mas é verdade também que essas investigações vêm mostrando sinais de saturação. É um assunto repetitivo, em que os resultados são sempre uma constante, que vêm se arrastando desde o início dos anos setenta.

2.2.1 Fatores Centrados na Escola

A preocupação com a qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas, onde estuda a população mais pobre, é primordial. Para a maioria dessas crianças, a escola representa a única fonte de informação sobre quase tudo e também um dos meios que oferece oportunidades para uma ascensão social.

Para a população pobre, a escola é praticamente o único meio de ascensão social, de subida na vida. O sucesso nos estudos seria a grande oportunidade oferecida a todos para compensar as desigualdades de dinheiro, de importância e de posição social.

Desta forma, quais seriam as funções da escola pública hoje?

I - Preencher tarefas sociais no sentido assistencialista de apoio às comunidades carentes, inclusive com alimentação.

II - Desenvolver uma pedagogia e mecanismos interescolares adequados à vida e à realidade sociais da clientela, para que a escola não seja fator de expulsão.

III - Insistir cada vez mais no libertador da educação, através da conscientização, da politização, da adaptação do meio, da participação. A escola pública tem que ser participante no seu meio social.

IV - Não deixar de preencher a função social normal da escola numa sociedade moderna industrial e urbana, rejeitando a função de reproduzidor de mão-de-obra sem ascensão ou mobilidade social ou até sem

transformação social radical. A escola tem uma função política, social, econômica e social.

Entretanto, a falta de estrutura nas escolas é um fato que marca o fracasso escolar conforme revelam as estatísticas constantes registradas pelos historiadores. As escolas públicas não estão atendendo a demanda das classes populares, sendo esta uma das causas relativas do fracasso escolar, explicando-se, em parte, pela superlotação de classes, gerando dificuldades para acolher e comportar àqueles que a elas dirigem; como também, a utopia apresentada pelo projeto do governo em colocar todas as crianças na escola.

A origem social indica as possibilidades que a família tem de manter as crianças na escola, o tipo de alimentação e cuidados com a saúde recebidos pela criança, além de um padrão intelectual, desenvolvimento de habilidades e atitudes, códigos lingüísticos, enfim, os valores culturais característicos do grupo social a que pertence. Assim, compreendida, a origem social vai influir não apenas no tempo de permanência da criança na escola, mas também em algumas características individuais fortemente relacionadas com o sucesso escolar, com o desenvolvimento cognitivo, a motivação para aprender, o autoconceito, dentre outros.

Embora a educação fundamental seja meta prioritária para o Ministério da Cultura e Educação, os altos índices de fracasso estão atravessando todos os planos de investimentos na área desde a década de vinte até os dias atuais. A esse respeito, a legislação brasileira representa um amparo para os cidadãos em idade escolar. Ela assegura à todos o direito aos primeiros anos da escola, mas nem todos conseguem usufruir as benesses educacionais garantidas pelo Estado.

As condições de vida das famílias mais pobres não lhes permitem desenvolver o tipo de comunicação valorizada pela escola. Na escola usa-se a linguagem culta, sem erros de pronúncia ou de concordância, bem diferente da realidade das crianças pobres, mas exatamente aquela falada pelas crianças de classe média que têm acesso a livros e textos escritos. Ou seja, a criança precisa conhecer as linguagens padronizadas para se apossar desta nova cultura, discriminando, porém, sua própria cultura.

Segundo BUARQUE (1995), diferenças significativas apresentam as escolas carentes, em comparação com as não-carentes. Estas diferenças são mais acentuadas nas séries iniciais que nas finais. Quanto mais baixa a origem social do aluno, mais baixas as notas obtidas e mais altas as porcentagens de repetência. As escolas onde estudam as crianças mais desfavorecidas economicamente são as que contam com menos recursos: duração de jornada mais curta, números de turnos maiores (o que implica maiores dificuldades administrativas e pedagógicas), além da alta rotatividade de professores.

A comparação da escola privada com a escola pública é difícil, porque os dois universos detêm heterogeneidades muito fortes: enquanto a escola pública tende a ter poucas escolas boas, a outra mantém as melhores do país. As médias são expedientes muito pálidos, para efeito de comparação. As famílias mais ricas continuam colocando seus filhos nas melhores escolas particulares. A vantagem é decisiva e significa aprimoramento do privilégio já trazido de casa.

No entanto, as conquistas de vagas na escola pública, por parte de grupos cada vez maiores de crianças de origem social mais baixa, representam um avanço em direção à democratização na escola. Torna a

escola um espaço onde a atuação dos educadores comprometidos com um projeto de transformação da sociedade é mais que oportuna, é indispensável. Qualquer atuação no sentido de melhorar essas condições deverá repercutir nas possibilidades de promoção da continuidade nos estudos desses alunos. A estratégia básica é estender a essas crianças escolas bem equipadas, com professores bem formados e uma estrutura adequada à nova qualidade que a quantidade de alunos trouxe à escola pública. Os custos para o Estado de investimento desse tipo seriam cobertos pela economia correspondente aos custos de repetência e da ineficiência.

Atualmente as desigualdades sociais permanecem. É verdade que os filhos de assalariados de baixa renda vêm tendo maior acesso à escola, mas não têm o mesmo desempenho. O índice de repetência, fracasso é maior nas crianças originárias das camadas populares. A escola brasileira seleciona e exclui os mais pobres. A escola é sem dúvida gratuita, mas o material escolar vem tornando-se cada vez mais caro, uniforme obrigatório, condução caríssima, que acabam tornando os gastos pesados demais para o bolso do trabalhador. A própria escola reproduz a divisão de classes. As causas das reprovações, fracassos, devem ser buscadas nos mecanismos secretos da escola que seleciona e elimina. Ela é uma máquina programada para tal. Para ela o perfil do bom aluno é aquele que escuta, obedece, isto é, que seja atento, disciplinado e dócil. Muitas vezes a criança é corrigida, reprimida, penalizada pela professora quando fala algo que não seja correspondente ao que está sendo visto. As crianças devem aceitar as regras do jogo. As respostas têm que ser do jeito que a professora quer. As provas, os trabalhos com notas sucedem-se num ritmo de tensão e inquietação por parte dos alunos e ampliadas muitas vezes à tensão e inquietação dos pais,

que superpõem ao sistema de notas, um sistema próprio de punições e recompensas.

2.2.2. Fatores Centrados no Aluno

A criança que não aprendia os conteúdos passados pela escola era considerada portadora de problemas mentais, neurológicos ou sensoriais, ou então muito distraída, sem memória, ou ainda, era considerada desajustada afetivamente, atribuindo-se problemas emocionais. A “culpa” é exclusivamente da criança.

Segundo CECON (1984), a criança não consegue aprender porque está cheia de problemas: coitadinha, ela é afetivamente desajustada, vive com problemas emocionais complicados, etc. Ou então, pobrezinha, ela é distraída e sem memória, não consegue se concentrar, fala tudo errado, não entende o que a professora diz, é preguiçosa e rebelde.

A seletividade, nas séries iniciais, é tão grande que somente chegam às séries finais os alunos pobres excepcionalmente aptos. Considerando que, independentemente da origem social, a reprovação acarreta prejuízos à auto-imagem do aluno e a repetição dos conteúdos já apresentados pode levar ao desinteresse e à apatia. É possível que a influência da repetência sobre outra repetência ou fracasso permaneça em todos os níveis sócio-econômico considerados. O alto custo para os cofres públicos da repetência, sem menosprezar o custo para o aluno e sua família, reforça ainda mais a importância de se verificar o alcance dos benefícios práticos dessa medida, tão questionada pelos educadores.

Todos esperam que a escola cumpra seu papel que é o de oferecer instrução, qualificação e diplomas a todos. Na verdade, a escola produz muito mais fracassos do que sucessos trata uns melhor do que outros e convence os que fracassam de que fracassam porque são inferiores. Ela só educa e instrui uma minoria. A grande maioria é excluída e marginalizada.

Uma das causas do desinteresse e falta de atenção por parte do aluno diz respeito aos conteúdos que não têm qualquer significação nem qualquer utilidade imediata para os alunos. Estão desligados da realidade. Também as tarefas nas quais as crianças se envolvem, em casa, são bem diferentes das que a escola solicita e reconhece. Os conteúdos escolares são desconhecidos pela maioria dessas famílias, cujos membros, em geral, forma excluídos muito cedo da escola. Aumenta ainda mais a responsabilidade da escola pública, pois ela pode trazer contribuições relevantes não só para a criança como para toda a família. Mudanças no interior do sistema escolar deveriam levar em conta estes aspectos, relacionados ao universo dos alunos.

2.2.3. Fatores Centrados no professor

No que se refere ao professor como variável interferente no rendimento do aluno, focalizam-se vários aspectos, sendo um dos mais abordados a sua formação. Os cursos de formação para o magistério são criticados, questionadas a eficácia dos currículos e a qualidade do resultado desses cursos. Existe, com extrema urgência, a necessidade de reformulação dos cursos, de forma a qualificar os professores adequadamente.

Além do mais, as escolas de formação superior deixam a desejar e têm idoneidade duvidosa, em muitos casos. A atualização constante que se faz necessária não é feita, fazendo com que os métodos e conhecimentos pedagógicos se tornem atrasados e deixando a tona o decaimento da atividade do professor.

Qualidade, em si, é sempre processo humano, é o aprimoramento do fator humano, é expressão da competência humana, muito mais do que dos insumos, da matéria-prima, dos métodos. A pedra de toque da qualidade educativa é o professor.

Poderíamos colocar como meta, para a qualidade do professor a capacidade de elaborar projetos pedagógicos próprios. Grande maioria dos professores básicos não conseguiu sequer colocar a questão porque jamais elaborou um projeto com mão própria. Pior que isto, eles não teriam condições de incorporar na definição de professor esta exigência.

Todos os apoios didáticos, importantes em si, dependem da capacidade do professor, inclusive aproveitamento das adequações físicas dos estabelecimentos, do material escolar, etc. O único livro didático insubstituível é o próprio professor. Por tanto, ele deve estar de tal modo bem formado e informado, que, se necessário for, ele mesmo possa preparar o texto de português, exercício de matemática, projeto de planejamento, etc. Se não for capaz de elaborar projetos pedagógicos próprios, nunca será um educador, não tem condições de ser.

A incompetência de alguns professores torna-se barreira no desenvolvimento dos alunos, que na maioria dos casos já são carentes

materialmente e culturalmente, dificultando ainda mais o aproveitamento escolar.

Levando-se em conta a qualidade do professor e da escola, tem-se, provavelmente, o problema mais crucial do aproveitamento escolar. Quando muitos repetem, o problema não está apenas na precariedade do aluno. Seria injusto depositar tamanho problema nos ombros exclusivamente do professor, bem como apenas colocar na conta das misérias do aluno.

Os professores não dispõem da competência necessária para enfrentar a questão. Espera-se deles que dêem conta da questão educativa especificamente. Não se espera dele que resolva a problemática material como tal, muito menos a origem da indigência cultural. Entretanto é correto da expectativa de um professor adequadamente aparelhado em termos de formação e exercício profissional, capaz de enfrentar os desafios concretos da escola em termos pedagógicos. Assim a repetência em massa é referente também à precariedade do professor. Talvez o que mais preocupa neste diagnóstico é a tendência à “seleção negativa”, definida como incorporação profissional pela via de exclusão: ser professor é o que sobra para quem não conseguiu algo melhor. Isto parece válido. A miséria do aluno não é muito diferente da miséria do professor. Esperar bom aproveitamento deste aluno seria algo incompatível com o típico mau aproveitamento do próprio professor, que mais do que nunca são vítimas do sistema, em todos os sentidos. Todavia é fator importante também sua formação duvidosa. A visão do professor aliada à dedicação profissional próxima do “sacerdócio” tem pouca consistência real. Não faz mal que possa ser “sacerdócio”, mas isto não a define. Deve caracterizar-se, sobretudo, como uma profissão atraente, auto-realizante e socialmente relevante.

Sendo o ensino fundamental direito e dever, universalizante, é preciso assumir os parâmetros de oferta massificada. Conseqüentemente difícil de evitar é seu nivelamento por baixo, que em nosso país tornou-se regra. Escola pública, de modo geral, emergiu como oferta pobre para o pobre, e para que permaneça pobre. Aconteceu aí ganho importante: quase todas as crianças têm acesso a ela. É um traço fundamental, quantitativamente. Oferecer qualidade a preço de elitismo não interessa. O desafio é oferecer qualidade para todos. Escola, desde muito, não se restringe à extensão do lar, ao cultivo moral e cívico. Embora tais componentes tenham seu lugar, não definem, sozinhos, a escola. Espera-se dela, hoje, impacto muito mais profundo e decisivo, que a família, que a socialização escolar, por exemplo, já não conseguem garantir. Uma professora de boa aparência, elegante, religiosa, familiar, já não basta, se não for profissionalmente competente e valorizada. Dela, em grande parte depende o futuro da cidadania e da produtividade. Ser professor de educação básica, em particular do ensino fundamental, é profissão estratégica, e, como tal, merece ser valorizada. Precisa ter formação, atualização conveniente e remuneração adequada. É necessário ter profissão disputada, não tolerada ou relegada.

Em termos de qualidade política, a questão é também muito grave, portanto, se educação básica é instrumentação fundamental da cidadania, o professor não poderia ser agente dela, sem ser ele mesmo cidadão. Este horizonte de cidadania é múltiplo, incluindo a valorização profissional, sobretudo em termos de remuneração, plano de cargos e carreiras e organização associativa e sindical. No lado negativo, temos hoje exacerbado corporativismo, subproduto do esforço organizacional da classe.

As associações, os sindicatos precisam descobrir que esta questão da competência é tão importante quanto a dignidade salarial. Uma associação de professores que não zela pela competência, tanto quanto pelo salário, não tem chance de credibilidade futura e ficará na retaguarda da história. É preciso rever o perfil do professor, abandonando a imagem de “auleiro”, para sedimentar a competência renovada e renovadora, crítica e criativa, capaz de estabelecer e restabelecer o diálogo inovador com os desafios do futuro na cidadania e produtividade.

Enfim, o professor precisa ser avaliado, não só o aluno. Neste processo de avaliação, deve participar também a comunidade interessada na escola, tendo esta ao menos a chance de afastar o incapaz ou o inadequado. Como em qualquer processo de avaliação, devem-se citar questões sensíveis, duras, que impliquem na realidade da sala de aula, mesmo que não seja fácil. O professor foge de ser avaliado porque teme a sanção.

A alma da formação básica é aprender a aprender, saber pensar, informar-se e refazer todo dia a informação, questionar. Dificilmente outra profissão seria mais estratégica que esta. Deve receber atenção devida, em termos de remuneração e formação, com todas as conseqüências daí advindas. A sociedade tem o direito de cobrar dele competência, desde que o valorize, remunere convenientemente.

2.3. Práticas Pedagógicas – Entre os Educadores e as Instituições

A dedução sobre as práticas pedagógicas é a de que “haverá sempre objeções” de que as tendências levam a posturas antidemocráticas, ao

autoritarismo, à centralização do papel do professor e à submissão do aluno.

“Um ponto de vista realista” da relação pedagógica em suas práticas não recusa a autoridade pedagógica expressa na sua função de ensinar. Mas não se deve confundir autoridade com autoritarismo. Este se manifesta no receio do professor em ver sua autoridade ameaçada; na falta de consideração para com o aluno ou na imposição do medo como forma de tornar mais cômodo e menos estafante o ato de ensinar.

São incongruentes as dicotomias, tão difundidas por muito educadores em sua política educacional inadequada, imprópria, entre “professor-policia” e “professor-povo”, entre métodos diretivos e não-diretivos, entre ensino centrado no professor e ensino centrado no estudante. Ao adotar tais dicotomias, amortece-se a presença do professor como mediador dos conteúdos que explicita, como se eles fossem sempre imposições e que nada trouxessem de novo.

O professor deverá saber relacionar-se com a classe, perceber os conflitos, adquirir a confiança dos alunos. O respeito aos outros, os esforços coletivos, a autonomia nas decisões, a riqueza da vida em comum são noções que devem ampliar uma política educacional adequada e eficaz.

De acordo com BRANDÃO (1982), as práticas pedagógicas e institucionais são identificadas como causas principais do fracasso e da repetência apontam-se como exemplo dessas causas a inadequação dos currículos e programas de ensino, a falta de recursos materiais e humanos, a inadequação dos métodos de ensino, as características de aprendizagem

das crianças e a insuficiência do tempo de permanência da criança na escola.

Os currículos elitistas da escola não têm relação com os conteúdos da cultura do aluno da classe subalterna, por isso a resposta dos alunos a estes currículos é negativa. Os saudosistas, porém, chamam por uma retomada da qualidade perdida, mas não percebem que analisam os problemas da escola com uma visão de classe dominante e que as soluções vêm sempre impregnadas dos valores e interesses da classe dominante.

O problema do financiamento do ensino médio tem gerado preocupações nos últimos tempos. Definido na Constituição como direito e dever ganhou nas Disposições Transitórias a cláusula que manda aplicar pelo menos 50% dos 18% da receita de impostos no ensino fundamental e na superação do analfabetismo, embora sempre existam discussões pertinentes a respeito, a começar pelo conceito de “receita de impostos” e pela “dúvida” se o percentual de 18% se refere ao todo dos recursos (incluindo estados e municípios), ou somente à União à própria distância astronômica entre o previsto na Constituição e aquilo efetivamente aplicado insinua que algo está errado. Parece claro que se gasta cada vez menos em educação de ensino fundamental, à revelia do direito constitucional e da expectativa da população.

A queda nos recursos aplicados por parte do MEC indica a distância entre discursos sempre repetidos de priorização da educação, sobretudo da educação básica, e a realidade dos gastos públicos. Entretanto, a afronta à Constituição evidencia não só este distanciamento, quanto o descaso persistente.

Fracasso é um assunto dissociado das relações de classes, das relações de produção numa sociedade capitalista, abordados como problema metodológico ou administrativo. Da constatação de que o percentual de fracasso se concentra maciçamente nas camadas sócio-econômicas desfavorecidas, conclui-se que os alunos pobres têm dificuldade para aprender, que o professor não sabe ensinar, que as técnicas e os métodos talvez não tenham sido os mais adequados.

Segundo CORDIÉ (1996), o sistema escolar apresenta mais flexibilidade, onde os julgamentos de valor são relativizados. A noção de fracasso não está mais ligada ao tempo, pois o tempo não é mais marcado pelas fatídicas barreiras a vencer. Os programas não são mais administrados de forma obsessiva.

Como não há uma separação bem marcada de uma série a outra, cada um pode andar no seu ritmo com o tempo que lhe for necessário. Mais liberdade na aprendizagem e menos pressão favorecem a integração da criança ao sistema. Com isso, o MEC, planeja ampliar a proposta de Educação Fundamental para nove anos, diminuindo a idade necessária para o ingresso escolar, acrescentando-se mais um ano na permanência do Ensino Fundamental. Segundo proposta prevista na LDB de dezembro de 1996.

Contudo, a ampliação do tempo de permanência do aluno no ambiente escolar não prescreve igualmente a ampliação da qualidade do processo ensino aprendizagem. Sem a Escola tornar-se verdadeiramente democrática, com professores capacitados para promover o conhecimento não será possível erradicar finalmente o fracasso escolar.

Conclusão.

O estudo do fracasso escolar leva a análise não só da realidade educacional, mas também da realidade sócio-econômica, política e cultural de nosso país.

Uma das conseqüências mais nefastas resultante das elevadas taxas de repetência manifesta-se mais nitidamente na acentuada distorção série idade em todas as séries do ensino fundamental.

A repetência precisa ser substituída por soluções que viabilize a aprendizagem do aluno e não por decretos que incentivem a promoção indiscriminada de alunos sem que atinjam o mínimo de conhecimento em cada disciplina.

Com a lentidão do estado em formar estratégias diferenciadas dirigidas para a solução do fracasso escolar, a cada dia acentua-se a desigualdades sociais no Brasil.

Torna-se imprescindível a necessidade de providências para melhorar a qualidade de processo de ensino assegurando o máximo de progresso possível para os alunos que tem ponto de partidas diferenciando as medidas a serem adotadas são complexas e abrangem um contingente de esforços que deve envolver governos centrais, regionais e locais, gestão escolar, professores e pais de alunos.

O fracasso escolar é, portanto, muito mais uma produção a serviço da exclusão e injustiças sociais que responsabilidade ou culpa do usuário da escola: o aluno.

O professor tem como desafio incentivar o aluno para que esse entenda que o conteúdo educacional que está recebendo hoje em sala de aula será o combustível de seu sucesso futuro.

O fracasso escolar se torna um desafio para os educadores no sentido de que os mesmos possam se conscientizar e entender que eles são armas muito fortes para o seu combate.

Em geral, o descaso por partes das autoridades responsáveis, o desinteresse do próprio estudante e a falta de entrosamento da família resulta em uma escola que não corresponde com os ideais desses estudantes, tornando-os imaturos, despreparados e inseguros em relação à aprendizagem já que os conteúdos que lhes são transmitidos, além de outros fatores como o de ordem emocional, e afetiva, não lhes dão maturidade ou segurança suficiente para impulsioná-los a se descobrir como indivíduos atuantes do processo ensino aprendizagem, que o leva a consciência crítica, valorizando a educação, cultura, como uma forma de crescimento, e não como uma imposição da própria sociedade.

Urge a reorganização do trabalho da escola, de modo que todos os profissionais desenvolvam o seu papel de educador, tendo como centro do processo decisório o aluno.

Faz-se necessário avaliar todo o processo, todos os elementos envolvidos, não caindo no extremo oposto de deixar errar sem corrigir. E

não ignorando a existência do erro construtivo, que pode indicar o estágio em que o aluno se encontra e que serve como diagnóstico para os professores no sentido de adequar e redimensionar o processo de ensino-aprendizagem.

É necessária a construção de uma educação, de uma pedagogia que contemple a diversidade humana, com cultura, modos de ser, sentir e agir diferenciados. A escola deve-se comprometer com a vida, com a felicidade, com o respeito às diferenças, com a transformação.

A transmissão do conhecimento tem que romper com o processo de transformação do aluno “ruim”, fora dos padrões em bom aluno, padronizados. O processo educacional deve ser feito com a razão e também com o coração. Derrubando assim, o estereótipo do bom aluno e mau aluno e permitindo a existência e promoção do sucesso na educação de todas as crianças e deixando com que elas se conheçam, se respeitem, dialoguem, se mesquem, sem, contudo deixarem de ser eles mesmos.

A escola deve ser um local prazeroso, lugar em que o saber é constituído e reconstituído a partir de uma ação conjunta em que professores, alunos e toda a comunidade escolar interagem e participam efetivamente. O processo político-pedagógico deve ser voltado para a promoção da educação de qualidade como direito de todos, sem distinção de cor, raça, credo, idade ou classe social.

Neste tema fracasso escolar não existe solução mágica, deve-se entender que a função principal da escola é ensinar, e o que deve ser esperado, avaliado e cobrado é a aprendizagem do aluno, para isso deve ser desvinculado a perspectiva assistencialista da escola e fazer a gestão

pedagógica do eixo central na organização do processo educativo, realizar planejamentos cuidadosos, oferecer oportunidade de capacitação aos professores e dar mais autonomia às escolas para que os alunos em defasagem na aprendizagem possam freqüentar outros turnos para serem ajustados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Ricardo Paes. Trabalho infantil e fracasso escolar. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

BOSSA, Nadia A. Fracasso Escolar: um olhar psicopedagógico. São Paulo: Artmed, 2002.

BRANDÃO, Zaia. Fracasso escolar e repetência no Brasil:a escola em questão. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

BRASIL, Conferência Nacional dos Bispos do. Parâmetros Curriculares. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL, INEP. O ensino no Brasil no quinquênio. 2001.

BRUNS, M.A.T. Fracasso escolar: causas e efeitos psicológicos e sociais. Campinas: UNICAMP, 1987.

BUARQUE, Cristovam. O que é apartação: o apartheid social no Brasil. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CARVALHO, Maria de Lourdes Ramos da Silva. A função do orientador educacional. São Paulo: Cortez, 1979.

CECON, Claudius. et all. A vida na escola e a escola na vida. 11.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

CORDIÉ, Anny. Os atrasados não existem: psicanálise de crianças com fracasso escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DUARTE, N. Socialização do saber escolar. 4.ed. São Paulo: Autores Associados, 1987.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. Sobre educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FREITAG, G. Piagentianos brasileiros em desacordo?Contribuição para um debate. Cadernos de pesquisa. São Paulo: Queroz, 1985.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1987.

GROSSI, Ester. Lei de diretrizes e bases da educação nº 9394/6. Rio de Janeiro: Casa Editorial Pargos, 1997.

LIBÂNIO, José Carlos. Aspectos Políticos e Pedagógicos do fracasso e repetência no Ensino do 1º Grau. Estudos e Pesquisas. V. II. Rio de Janeiro, novembro de 1985.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Fracasso e Repetência. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

LUCK, Heloísa. Planejamento em orientação educacional. São Paulo: Vozes, 1990.

MELLO, A.M.P. Fracasso e Repetência: Educação em Debate. Fortaleza: v.14,n.2, p.109-122, jul/dez. 1987.

NILDELCOFF, Maria Tereza. Uma escola para o povo. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar. São Paulo: Queros, 1991.

PILETTI, Nelson. Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º Grau. 13.ed. Rio de Janeiro: Ática, 1991.

POPPOVIC, Ana Maria. Alfabetização: um problema inter-disciplinar. São Paulo: (Caderno de Pesquisa), 1971.